

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA

IETTE LIMA DE MELO RIBEIRO

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

IMPERATRIZ

2017

IETTE LIMA DE MELO RIBEIRO

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciência Sociais, Saúde e Tecnologia para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. José Edilmar de Sousa

IMPERATRIZ

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro, Iette Lima de Melo.
Avaliação na Educação Infantil / Iette Lima de Melo
Ribeiro. - 2017.
60 p.

Orientador(a): José Edilmar de Sousa.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2017.

1. Acompanhamento. 2. Avaliação. 3. Educação
Infantil. I. Sousa, José Edilmar de. II. Título.

IETTE LIMA DE MELO RIBEIRO

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciência Sociais, Saúde e Tecnologia para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. José Edilmar de Sousa (Orientador) - UFMA

Profa. Dra. Karla Bianca de Souza Monteiro - UFMA

Profa. Ms. Késsia Mileny de Paulo Moura - UFMA

À todos que contribuem para uma Educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo seu cuidado e amor, proporcionado a realização de grandes sonhos, dentre eles a Conclusão desta Graduação em Licenciatura plena em Pedagogia.

A meu esposo Valdevanes dos Santos Ribeiro e ao meu filho Levi Melo Ribeiro pelo incentivo, compreensão, companheirismo e inspiração.

A meus pais José Rodrigues de Melo e Raimunda Lima de Melo.

A todos os meus irmãos.

A meus sogros Antônio Carlos Ribeiro e Maria do Rosário Alves dos Santos.

A todos meus cunhados.

A todos os professores do curso de Pedagogia da UFMA- Imperatriz, pela contribuição na minha formação acadêmica.

Ao professor Ms José Edilmar de Sousa, pela orientação, confiança, incentivo e pela dedicação contagiante.

A Gestão e professoras da Instituição pesquisada, pela contribuição para a efetivação desse trabalho.

A Gestão das Escolas e professoras das Instituições nas quais realizei os estágios obrigatórios durante a graduação.

A gestão da Escola e professora da turma na qual estou realizando estágio não obrigatório e às formadoras do setor de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação - SEMED Imperatriz - MA.

Aos colegas da turma 2011.2 pelas experiências compartilhadas ao longo do curso. Especialmente, às minhas amigas Maria Andréia Bonfim, Alexsandra Oliveira e Dulce Santana mais que colegas, companheiras incansáveis com as quais dividia expectativas e angústias durante o meu percurso acadêmico na Universidade.

O processo de ensinar, que implica o de educar e vice-versa, envolve a “paixão de conhecer” que nos insere numa busca prazerosa, ainda que nada fácil.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender como se dá a avaliação no âmbito da creche em uma instituição pública da cidade de Imperatriz- MA. A partir de uma abordagem qualitativa, os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários às professoras das turmas de berçário II e maternal I, na tentativa de identificar suas concepções de avaliação, os objetivos e os instrumentos/ procedimentos utilizados pelas professoras na realização da avaliação na Educação Infantil. A partir da análise dos dados foi possível perceber que embora as professoras reconheçam o principal objetivo da avaliação, não têm uma concepção clara da mesma e confundem a avaliação na Educação Infantil com a realizada nas demais etapas da Educação básica ao mencionar a utilização de instrumentos/procedimentos destas, ou seja, instrumentos/procedimentos dissonantes e que não contribuem com a realização da avaliação na Educação infantil, cuja finalidade é de acompanhamento do desenvolvimento das crianças, em consonância com a legislação atual. Fica claro que a avaliação realizada pelas professoras cumpre ainda uma função burocrática.

Palavras Chaves: Avaliação. Educação Infantil. Acompanhamento.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand how the assessment is carried out within the day-care center of a public institution in the city of Imperatriz-MA. From a qualitative approach, the data were collected through the application of questionnaires to teachers of nursery II and maternal I classes, in an attempt to identify their conceptions of evaluation, objectives, instruments / procedures used and the main difficulties encountered By the teachers in carrying out the evaluation in Early Childhood Education. From the analysis of the data it was possible to perceive that although the teachers recognize the main objective of the evaluation, they do not have a clear conception of the same one and they confuse the evaluation in the Infantile Education with that realized in the other stages of the Basic education when mentioning the use of instruments / Procedures, that is, dissonant instruments / procedures that do not contribute to the evaluation in Child Education, whose purpose is to follow the development of children, in accordance with current legislation. It is clear that the evaluation carried out by the teachers still fulfills a bureaucratic function.

Keywords: Evaluation. Child education. Follow up.

SIGLAS UTILIZADAS

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

EI- Educação Infantil

INDIQUE – Indicadores da qualidade na Educação Infantil

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MA – Maranhão

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SEMED – Secretária Municipal de Educação

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

	p.
1 INTRODUÇÃO	11
2 A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES	16
2.1 Concepções de criança da creche	20
3 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	24
3.1 Instrumentos/procedimentos de avaliação na Educação Infantil	31
4 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS DAS TURMAS DE BERÇÁRIO II E MATERNAL I: PERCURSO E ANÁLISE	41
4.1 Procedimentos metodológicos	41
4.2 Caracterização da Instituição pesquisada	42
4.3 Caracterização dos Sujeitos da pesquisa	43
4.4 A avaliação na Educação Infantil a partir das concepções das professoras das turmas de Berçário II e maternal I	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICES	56
Apêndice 1 – Questionário	57
Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido	59

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil surgiu no Brasil, da necessidade de pais e mães trabalhadores, oferecida em espaços institucionais em que as ações de cuidado eram dissociadas de educação realizadas sem formação profissional. Dada a necessidade de cuidar/educar de forma indissociável considerando a criança, sujeito completo e de direitos e através de diversas reivindicações surge a avaliação na Educação Infantil, numa perspectiva de acompanhamento do desenvolvimento integral da criança.

A Educação Infantil, a partir da Constituição de 1988, vem se consolidando como direito das crianças e dever do Estado mediante a garantia de educação infantil, em creches e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, regulamentou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, com a finalidade do desenvolvimento integral da criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (DCNEI), (Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009), dentre outras orientações contribuem para a definição das finalidades da avaliação na educação infantil sem caráter seletivo, de promoção ou de classificação das crianças, enfatizando as brincadeiras e as interações.

Este trabalho aborda as concepções dos professores sobre a Avaliação no âmbito de creches de uma instituição pública da cidade de Imperatriz- MA.

O interesse pela pesquisa sobre avaliação em turmas de Berçário II e maternal I surgiu, quando cursava a disciplina componente curricular da graduação em Pedagogia, Projeto Educativo III no ano 2014, ao estudar sobre Educação Infantil e avaliação nessa primeira etapa da Educação Básica surge as primeiras inquietações sobre o que, como e quando avaliar em turmas de creches.

Outras inquietações partiram do âmbito pessoal. Embora ainda não tivesse experiência em sala de aula, observava no dia a dia nas ações de pessoas com as quais convivia a criação de rótulos acerca das crianças. Ao

considerarem apenas alguns aspectos ou habilidades, como o desenvolvimento da linguagem, por exemplo. Esse aspecto bem desenvolvido, muitas vezes era considerado essencial nessas concepções, atestando a criança dentro de padrão considerado ideal.

Situações como essas observadas no meu cotidiano incomodavam-me, provocando questionamentos de como avaliar uma criança, que parâmetros seguir, existe um desenvolvimento ideal, o que deve ser levado em consideração, e o ritmo próprio da criança, seu meio social e cultural, seu contexto, dentre outros, não devem ser considerados no processo de avaliação.

E ainda, na vivência profissional como estagiária no exercício da função de auxiliar, numa turma de berçário II, a partir do início do ano letivo 2016, minha primeira experiência profissional em sala de aula, ao acompanhar as dificuldades partilhadas pela professora titular. Apesar de ter 6 anos de experiência na docência em turmas da Educação Infantil, encontrava dificuldades em realizar a avaliação das crianças. Tanto os registros individuais de aprendizagem e desenvolvimento da criança, realizados a cada bimestre e assinado pelos pais, o mesmo cumpre uma função burocrática, quanto na realização de comentários sobre as crianças no cotidiano, no decorrer da rotina com a turma.

A partir das inquietações acima descritas, surgiram questionamentos sobre, como se dá o acompanhamento do desenvolvimento das crianças em turmas de creches? Qual a concepção de avaliação e de criança? Quais instrumentos/procedimentos são utilizados, como tem sido realizado o planejamento pedagógico que norteia o trabalho pedagógico realizado junto às crianças? Qual a função da avaliação realizada? Devido a atualidade e relevância é que o presente trabalho com o tema, "Avaliação na Educação Infantil", tem sido elaborado. Dessa forma, a questão norteadora que orientou a pesquisa foi, como se dão as concepções de avaliação no âmbito de creches?

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho consistiu em compreender como se constroem as concepções de avaliação no âmbito de creches de uma Instituição pública de Imperatriz – MA. Considerando, a

Educação infantil como a primeira etapa da Educação básica, suas especificidades e o seu processo de implementação.

Os objetivos específicos são:

- ✓ Identificar as concepções dos professores sobre a avaliação na Educação Infantil;
- ✓ Conhecer os instrumentos/procedimentos de avaliação utilizados em turmas de creches;
- ✓ Identificar as dificuldades encontradas pelos professores na realização da avaliação.

A pesquisa de campo foi realizada em turmas de creches de uma Instituição de Educação Infantil pública – Proinfância¹, implementada na cidade de Imperatriz- MA, no ano 2014. Para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos. O foco deste trabalho foi direcionado as turmas de 0 a 3 anos, crianças de creches, turmas de berçário II e maternal I.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, considerando que este tipo de pesquisa, de acordo com Godoy (1995, p. 58) “[...] não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”. A pesquisa qualitativa permite compreender os dados à medida que a pesquisa se desenvolve, desta forma, parte de questões mais amplas e vai se definindo à medida que o trabalho se desenvolve.

Com foco nas crianças de até 03 anos, crianças de creches, e a avaliação nessa primeira etapa da educação básica. Foi tomada como base, a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica, analisando a legislação vigente, os documentos oficiais e as produções referentes ao tema e para coleta de dados foi realizada a aplicação de questionário às professoras, do

¹ O Proinfância é um programa do Governo Federal criado em 2007, cujo objetivo principal é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios para a construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas. A sua implementação abrange cinco dimensões: a disponibilização de projetos arquitetônicos padrão, o financiamento de obras, a aquisição de mobiliários e equipamentos, o assessoramento técnico-pedagógico e o custeio de novas matrículas.

berçário II, essa turma funciona em turno integral, e do maternal II, turno matutino.

A estrutura desse trabalho é composta por cinco capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais. No primeiro há a apresentação e justificativa da problemática e os objetivos da pesquisa, abordagem e procedimentos metodológicos adotados.

O segundo capítulo refere-se às concepções de Educação Infantil e de criança. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, (DCNEI). As conquistas em termos das legislações vigentes sobre o reconhecimento da Educação Infantil como direito das crianças de 0 a 5 anos e dever do Estado. As contribuições do reconhecimento para o avanço e a consolidação de uma Educação Infantil que respeita as especificidades da criança, sujeito histórico que se desenvolve integralmente.

O terceiro capítulo aborda a Avaliação na Educação Infantil, apresentando as orientações para a realização de avaliação dessa primeira etapa da Educação Básica, em consonância com a legislação e as pesquisas que fundamentam a avaliação na Educação Infantil. Enfatiza os instrumentos/procedimentos sugeridos para realizar o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e reflexões sobre as práticas profissionais e o planejamento pedagógico, como requisito para a garantia de um atendimento de qualidade para as crianças.

O quarto capítulo apresenta o percurso utilizado para a coleta dos dados, descrição do procedimento adotado, a caracterização da instituição de educação investigada e dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como a análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário às professoras das turmas de berçário II e maternal I.

Por meio da análise das respostas das professoras foi possível identificar a concepção de avaliação e os objetivos, os instrumentos/procedimentos utilizados e as dificuldades encontradas pelas professoras da Instituição na realização da avaliação na Educação Infantil, no âmbito de creches, de uma instituição pública de Imperatriz – MA.

Por fim, nas considerações finais, aponto reflexões acerca das informações adquiridas na pesquisa, retomando pontos relevantes e apontando questionamentos relacionados ao tema abordado nessa pesquisa, que não puderam ser contemplados nesse trabalho. Por todo o exposto, fica evidente a importância do tema, justificando assim a necessidade de aprofundamento do mesmo, para melhor compreender a avaliação na educação infantil. Concernente ao acompanhamento do desenvolvimento das crianças e a contribuição desse conhecimento para o próprio professor para melhorar o seu planejamento, colocando a criança como foco.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES

Este capítulo refere-se as concepções de Educação Infantil e de criança, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, (DCNEI). As conquistas em termos das legislações vigentes sobre o reconhecimento da Educação Infantil como direito das crianças de 0 a 5 anos e dever do Estado. As contribuições do reconhecimento para o avanço e a consolidação de uma Educação Infantil que respeita as especificidades da criança, sujeito histórico que se desenvolve integralmente.

A Educação Infantil, desde seu surgimento tem grande importância e ganha cada vez mais relevância no cenário atual. Uma vez que, as crianças cada vez mais cedo frequentam essas instituições enquanto os pais trabalham. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação básica, possui suas especificidades. Compreender como se dá a avaliação das crianças de creches e o planejamento dos profissionais que atuam junto às crianças, é imprescindível. Desta forma, para Vieira (2014, p. 20):

Recentemente o tema da avaliação da/na Educação Infantil tem ganhado o interesse de diferentes atores dentro e fora das esferas governamentais brasileiras, com a participação de atores internacionais. Percebe-se, pela observação de iniciativas diversas que visam colocar o tema em discussão – seminários, colóquios, reuniões, divulgação de documentos e posicionamentos, que existem tensões decorrentes do entendimento de como avaliar (procedimentos, métodos) e do que avaliar na Educação Infantil.

Para a autora fica clara a existência de divergências de concepções de avaliação, decorrentes de como avaliar e do que avaliar na primeira etapa da Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, regulamentou a educação escolar, sendo a Educação Básica formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No art. 29, define a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica com a finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Esse passo foi fundamental, pois colocou em pauta a relevância da Educação Infantil para formação da criança de forma integral, em

todos os seus aspectos, evidenciando suas principais finalidades na composição da formação humana.

Desta forma é preciso destacar a necessidade de um acompanhamento pedagógico para que os objetivos aqui definidos, sejam alcançados. Considerando a criança como o foco da proposta pedagógica e o trabalho realizado junto as crianças, num processo de mediação. Cabe destacar ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, (DCNEI) na definição da Educação Infantil no seu artigo 5º:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, p. 12)

Neste sentido, a primeira questão que se coloca é que nessa primeira etapa da educação básica é preciso diferenciar educação de ensino. De acordo com Sousa (2015), educação diz respeito a processos mais amplos do desenvolvimento que incluem a aprendizagens e processos diversos como os que se relacionam às habilidades motoras, construção do eu e aquisição de conhecimentos em diferentes áreas. Já a noção de ensino consiste na promoção de aprendizagens que, por sua vez são importantes para o desenvolvimento. Assim, pode se afirmar que há uma íntima relação entre o conceito de educação e ensino, contudo, são distintos. A educação têm uma dimensão mais ampla e ensino tem um direcionamento mais específico focalizado.

Ainda em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, este documento pontua que a Educação Infantil deve ser ofertada em espaços institucionais não domésticos. Esta afirmação vem ao encontro da premissa que para atuar na Educação Infantil é preciso formação adequada, profissionais que tenham formação específica para trabalhar com crianças desta faixa etária e que tenham consciência de seu papel de cuidar/educar de forma indissociável num processo contínuo de acompanhamento do desenvolvimento das crianças e um planejamento com foco nas crianças.

A Educação Infantil é destinada a crianças de 0 a 5 anos. A Lei nº9.394/94 art. 30, incisos I e II define o atendimento em creches para crianças de até 3 anos de idade e por conseguinte pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Este último, com a obrigatoriedade e controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas.

Vale considerar que embora não haja obrigatoriedade para que os menores de três anos de idade estejam matriculados e tenham uma frequência mínima exigida, é preciso destacar a relevância da frequência dessas crianças nas instituições de Educação Infantil, pois permite que os profissionais que trabalham junto às crianças as conheçam melhor e tenham maiores oportunidades de mediação nas suas ações, a frequência das crianças mesmo das creches é um fator que deve ser observado para que haja um melhor planejamento pedagógico e o desenvolvimento do trabalho junto às crianças consiga a promoção do seu desenvolvimento integral.

Apesar da sua importância tanto para as crianças, quanto para as famílias, a qualidade da Educação Infantil não é algo dado, para Faria e Bessler (2014, p.158):

A trajetória histórica percorrida pelas creches e pré-escolas foi marcada por uma concepção assistencialista de atendimento, nas quais estas eram responsáveis pela guarda e proteção das crianças. Não havia preocupação prioritária com o ato de educar e, portanto, não se mostrava necessária a prática avaliativa para acompanhar e medir os cuidados dedicados aos pequenos.

Creches e pré-escolas foram concebidas numa perspectiva de trabalho voltado apenas como lugar de guarda da criança. Porém, muito se tem buscado para a superação dessa visado a fim proporcionar uma educação de qualidade que propicie o desenvolvimento integral da criança, conciliando ações de cuidado/educação de forma indissociável e a partir dessa necessidade surge a avaliação numa perspectiva de acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Como afirma Faria e Bessler (2014, p.158):

Ao longo dos tempos, as famílias passaram a pressionar as instituições infantis nas quais seus filhos estavam matriculados para que houvesse verdadeiras propostas pedagógicas, a fim de integrar o cuidado ao ato de educar. É nesse contexto que surge a avaliação como parte da ação intencional do educador.

Vale ressaltar que, dentre as especificidades da Educação Infantil está a necessidade de conciliar cuidado/educação às práticas pedagógicas e utilizar procedimentos específicos de acompanhamento, a fim de propiciar o desenvolvimento global das crianças. Desta forma, é preciso pontuar que educação é diferente de ensino e o docente que atua nessa etapa precisa ter clareza dessa diferença. As peculiaridades da educação infantil as distinguem das demais etapas, ainda que educação infantil, ensino fundamental e ensino médio compõem a base da formação do ser humano. Para Sousa (2015, p.22-23):

Entre a **educação** infantil e o **ensino** fundamental há aspectos similares, mas também há elementos que demarcam diferenças entre ambos. Observa-se que a própria terminologia utilizada pela legislação já instiga algumas reflexões sobre as diferenciações entre as duas etapas. Educação e ensino são dois conceitos distintos, embora haja uma estreita relação entre eles. O primeiro diz respeito aos processos globais de desenvolvimento do ser humano que se dá por meio das relações sociais entre os educandos e o ambiente social em que vivem. **(grifos do autor)**

Cabe destacar que são duas etapas distintas, porém fazem parte da base da formação humana. Desta forma, a Educação Infantil destinada para crianças de 0 a 5 anos de idade como pontua as DCNEI é a primeira etapa, mas não menos importante, por esta razão é preciso que haja nesta primeira etapa um cuidado para que a transição da primeira para o ensino fundamental se der de forma tranquila, uma vez que, embora a segunda etapa seja denominada de ensino, ainda é destinado para crianças, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, Lei nº 8.069/90 define criança até 12 anos de idade.

Apesar da legislação existente e estudos realizados, ainda persiste na mudança de uma etapa para a outra, especialmente da Educação Infantil para o Ensino Fundamental uma ruptura, as atividades lúdicas são vistas como oposição aos conteúdos e a criança passa a ser tratada meramente como aluno. Como afirma Redin et al (2013, p.24-25):

[...] No lugar da criança, começa a surgir o aluno. Os papéis se modificam, as formas de ser também. Alguns princípios que eram considerados importantes, como a ludicidade, e que balizavam muitos planejamentos são aos poucos substituídos por “coisas sérias”, conteúdos a vencer, preocupações com o disciplinamento dos corpos e das mentes.

Importante ressaltar que, são muitas as diferenças encontradas entre Educação Infantil e as demais etapas. No entanto, é preciso que a primeira etapa garanta uma transição tranquila para a segunda, sem contudo, antecipar conteúdo dessa segunda etapa. Vale considerar que ambas têm suas especificidades e precisam de um acompanhamento das crianças nas suas individualidades e em seus próprios processos de desenvolvimento sem comparação com as outras crianças mesmo dentro da sua faixa etária.

2.1 Concepções de crianças de creches

O atendimento das crianças na Educação Infantil é um direito, para além da necessidade de um lugar para as crianças ficarem enquanto os pais trabalham. Destaca Silva (2013) [...] o interesse por pesquisas sobre crianças de até 3 anos têm recebido destaque ao apresentarem formas diferenciadas de pensar e conceber a criança influenciando para criação de políticas públicas e práticas pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da criança respeitando suas especificidades

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 regulamentou a educação infantil, primeira etapa da educação básica e sua finalidade como o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos em seus aspectos diversos, além da função de complementar a ação da família e da comunidade. Para Vieira (2014, p. 22) “Integrando a educação básica, sendo a primeira etapa, a educação infantil fica evidenciada como direito das crianças de 0 a 5 anos de idade, direito de pais e mães trabalhadores e dever do Estado”. Vale ressaltar primeiramente, que é um direito da criança e conseqüentemente favorece os pais, ao atender a necessidade de pais trabalhadores, em que os filhos podem ser cuidados/educados e nas instituições de Educação Infantil, são onde grande parte das crianças passam a sua primeira infância.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, define que creches são destinadas para atendimento de crianças da faixa etária de 0 a 3 anos de idade e pré-escola para crianças de 4 e 5 anos. Percebe-se, a necessidade de uma diferenciação no atendimento a essas faixas etária das crianças, embora o objetivo seja que ambas se desenvolvam

integralmente. Os Indicadores de qualidade da educação distingue, bebês (crianças até 1 ano e meio) e/ou crianças pequenas (1 ano e meio até 3 anos). Segundo Silva (2012 p.2) “O ser humano é diferente um do outro e cabe aos professores saber lidar com essas diferenças, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada criança”. As crianças precisam ser consideradas em suas individualidades, considerando que cada criança tem seu tempo e forma de aprender e se desenvolver.

Instituições de Educação Infantil que atendem crianças de 0 a 3 anos demandam critérios específicos relativos à organização e funcionamento de suas turmas, primeiramente devem respeitar os direitos das crianças e suas especificidades, assim, o trabalho pedagógico deve ser voltado para as necessidades das crianças, com a prestação de um atendimento de qualidade, favorecendo seu desenvolvimento integral, através de um trabalho de acompanhamento das vivências das crianças. Desta forma as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, (DCNEI) no seu artigo 4º:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, p.12)

Nessa perspectiva, a criança é o foco do planejamento e o acompanhamento de seu desenvolvimento enriquece o planejamento pedagógico e permite ao professor conhecer melhor a criança com a qual trabalha, favorecendo seu desenvolvimento integral. À medida que a criança é o centro do seu planejamento, a observação das crianças, assume intencionalidades para se atingir um nível de qualidade que respeite a dignidade e os direitos destas, pois as crianças são completas, estão em desenvolvimento e crescimento.

O aprimoramento do conhecimento sobre o desenvolvimento das crianças em contextos diversos, contribuem para a valorização das interações e das possibilidades que as vivências produzem. Além disso, pensar no papel que desempenham no desenvolvimento psicológico, físico, social e cultural,

nos remete pensar os direitos das crianças e avaliar além delas mesmas, a qualidade dos serviços prestados a esse público.

A avaliação numa perspectiva de acompanhamento da criança promove seu desenvolvimento integral. As observações são imprescindíveis, bem como a reflexão sobre as práticas pedagógicas, para oferecer a criança atenção individual como um direito. Campos (2009) aborda que a criança deve ser chamada por seu nome, o professor precisa conhecer melhor cada uma delas e manter diálogo aberto e contínuo com os pais, a fim de ajudar a responder às necessidades individuais da criança. Estes direitos, ajudam a formar a identidade da criança e proporcionam trocas relevantes numa perspectiva de aproximação família-escola, além de oferecer subsídios para que os pais acompanhem e contribuam com o desenvolvimento dos filhos.

Além destes direitos, são pontuados por Campos (2009) direito da criança de ser ouvida, dever do professor procurar saber o motivo da tristeza ou do choro das crianças, saudar e se despedir individualmente das crianças na chegada e saída da instituição, conversar e ser carinhoso(a) com as crianças no momento da troca de fraldas e do banho, entre outros. É indispensável a relevância do respeito a esses direitos na promoção do desenvolvimento sócio afetivo da criança e das interações entre crianças e adultos.

A mesma autora orienta comemorar os aniversários das crianças, motivar atenção especial à crianças muito quietas, lidar com crianças mais agitadas e ativas sem discriminá-las ou puni-las, lidar com preferências individuais das crianças por alimentos, ficar atentos à adequação de roupas e calçados das crianças nas diversas situações, dar suporte às crianças que têm dificuldades para se integrar nas brincadeiras dos grupos, respeitar as variações de humor das crianças, respeitar o ritmo fisiológico da criança: no sono, nas evacuações, nas sensações de frio e calor.

Nas orientações da mesma autora, crianças com dificuldades especiais têm o direito de receber apoio para participar das atividades e brincar com os colegas, crianças têm direito a momentos de privacidade e quietude, evitar usar e que as crianças usem apelidos que discriminem outras crianças,

analisar porque uma criança não está bem e encaminhá-la à orientação especializada quando necessário. Embora seja difícil resumir a importância desses direitos para o desenvolvimento das crianças, o estímulo ofertado as crianças devem promover a autonomia.

Conforme Hoffmann (2008) as ações das crianças devem ser valorizadas, analisadas em suas maneiras próprias de agir, suas brincadeiras, suas expressões, sem, contudo, serem consideradas em relação às expectativas dos adultos sobre elas. As crianças têm formas peculiaridades e próprias de responder às situações, portanto é preciso que o professor tenha claro esta percepção e observe-as de forma curiosa e investigativa e não tentando que estas correspondam ao que se espera delas, mas com a espontaneidade esperada de uma criança. Outro aspecto a ser considerado, é que a observação e a reflexão devem ser permanentes sobre as manifestações das crianças no acompanhamento do processo de construção do conhecimento.

O trabalho observador e reflexivo do profissional visa dar continuidade às ações educativas, logo se diferem da concepção tradicional de avaliação evidenciada entre educadores, de cunho comparativo. O acompanhamento da criança em suas descobertas precisa ser registrado para dar subsídios à ação educativa no seu cotidiano permanentemente voltada à criança. Para que avaliação seja coerente é preciso que as atividades desenvolvidas pela criança também sejam, pois, os resultados anotados precisam dizer a respeito de seus avanços e conquistas, dentro de suas reais possibilidades como criança.

3 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este capítulo aborda a Avaliação na Educação Infantil, apresentando as orientações para a avaliação nessa primeira etapa da Educação Básica em consonância com a legislação e as pesquisas que fundamentam a avaliação na Educação Infantil. Enfatiza os instrumentos/procedimentos sugeridos para realizar o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e reflexões sobre as práticas profissionais e o planejamento pedagógico como requisito para a garantia de um atendimento de qualidade para as crianças.

A Educação Infantil tem suas especificidades. Conseqüentemente o ato de avaliar nessa etapa da Educação básica também tem suas peculiaridades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), vigente a partir de 1996, em seu artigo 31 dispõe que na Educação Infantil a avaliação deve ser realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança e que não tem objetivo de promoção nem mesmo à segunda etapa da Educação básica. Esta consideração é fundamental, uma vez que o foco do processo avaliativo é a criança e o acompanhamento consiste em objetivos mais amplos a fim de propiciar o desenvolvimento pleno da criança.

Na Educação Infantil a avaliação constitui-se uma ferramenta importante para acompanhar o desenvolvimento das crianças e a prática pedagógica. Desta forma, a observação das ações das crianças na Educação Infantil é uma tarefa intrínseca aos professores que devem ter um olhar crítico e criativo sobre as suas manifestações.

A avaliação, numa perspectiva de acompanhamento respeita a maneira que cada criança tem de aprender e se desenvolver. Segundo Flores (2015, p. 200) “avaliar a criança de uma forma compreensiva significa estar atento ao modo próprio de aprender e de se desenvolver de cada uma”. Respeitar a individualidade da crianças é essencial, além disso, vale ressaltar a importância dos registros como suporte no processo avaliativo, uma vez que os registros auxiliam os professores, possibilitando reflexão e planejamentos pedagógicos mais coerentes, melhorando seu trabalho junto às crianças. E

ainda, permitem às famílias acompanharem o desenvolvimento da criança e conhecer parte do trabalho realizado.

Vale destacar que a (LDBEN) incluiu em seu artigo 31, a exigência de expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. O acompanhamento das crianças pela família é imprescindível. Porém, acerca dessa orientação é preciso cuidado para que a avaliação das crianças não fique atrelada apenas ao controle burocrático e padrões abstratos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças da Educação Infantil, negligenciando as inúmeras possibilidades e formas de cada criança, como ser real e completo em processo de crescimento e desenvolvimento. Flores (2015, p. 201)

[...] temos de cuidar para que a avaliação das crianças na Educação Infantil não venha a ser atrelada exclusivamente ao controle burocrático dos sistemas de ensino priorizando o preenchimento de fichas e a realização de pareceres ou relatórios que se baseiam em um padrão abstrato de desenvolvimento e aprendizado para a infância, e não nas muitas possibilidades das crianças reais, vivendo em ambientes culturais concretos.

A qualidade da avaliação na Educação Infantil depende dos instrumentos utilizados, porém não deve ser baseada apenas no que é registrado em fichas, pareceres e/ou relatórios sobre as crianças, registros que muitas vezes não cabe a criança real da educação infantil. A avaliação independentemente do instrumento/procedimento adotado deverá ser utilizado pelo professor para reflexão e intervenção, dando sempre novos significados de acordo com as necessidades e os interesses das crianças. De acordo com Silva (2012, p.04):

Avaliar é observar e intervir constantemente, (re)planejando a ação educativa na busca de (re)significá-la de forma apropriada às necessidades de cada criança e do grupo como um todo. A avaliação no contexto de educação infantil deve ser mediadora do desenvolvimento da criança. Para isso é importante buscar várias formas de registro que servirão como suporte para a elaboração do parecer do trabalho realizado, contemplando os avanços, as expectativas, as mudanças e as descobertas. Partindo do princípio básico de que cada criança é diferente, a tarefa do professor é observar e registrar continuamente as diferentes reações dos educandos durante a realização das experiências vivenciadas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009 em seu Art. 10, as

instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.

Logo, a instituição tem a liberdade diante do conhecimento de sua realidade e de acordo com suas especificidades, e respeitando as peculiaridades da Educação infantil de criar os procedimentos de avaliação adequados, permitindo acompanhar o trabalho pedagógico e avaliar o desenvolvimento da criança, levando em consideração sua individualidade, suas potencialidades, interesses e necessidades, considerando o tempo presente que a criança vive e de acordo com as finalidades da avaliação nessa primeira etapa da Educação básica.

Cabe destacar que realizar avaliação é uma atividade inerente ao ser humano. Este constantemente realiza avaliações de acordo com as suas expectativas. E ainda, a ação de avaliar está intimamente relacionada às expectativas e critérios pessoais de quem a realiza e aos seus objetivos. Desta forma, é preciso um olhar observador e reflexivo. Os profissionais têm parcela fundamental no acompanhamento e registros da rotina das crianças na instituição de Educação infantil, e são os responsáveis pela mediação e aplicação de procedimentos que sejam eficazes, ou seja, possibilitem o desenvolvimento das crianças, sendo capaz de acompanhar tanto individual, quanto nas interações coletivas.

Acerca da avaliação na Educação Infantil, Hoffmann (2012, p.13) afirma que “avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso da vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível de desenvolvimento.” Está atento a essa concepção de avaliação é fundamental aos docentes que atuam nessa etapa da Educação básica.

Vale destacar a importância do documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria número 1.147/2011, do Ministério da Educação, Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de

avaliação que difere Avaliação *na* Educação Infantil e Avaliação *da* Educação Infantil:

A avaliação *na* educação infantil se refere àquela feita internamente no processo educativo, focada nas crianças enquanto sujeitos e coautoras de seu desenvolvimento. Seu âmbito é o microambiente, o acontecer pedagógico e o efeito que gera sobre as crianças. Ela é feita pela professora, pelas pessoas que interagem com ela no cotidiano e pelas próprias crianças. (BRASIL, 2012, p. 13)

Avaliação *na* Educação infantil, trata da aprendizagem e do desenvolvimento e é entendida como sendo competência da escola. Subtende-se que está relacionada diretamente à criança, ou seja, aos acontecimentos da sala de aula, no sentido micro. Enquanto que a avaliação *da* Educação Infantil, o mesmo documento define:

Portanto, a avaliação institucional abrange um conjunto de procedimentos que vão desde a organização dos dados escolares dos alunos (fluxo escolar e perfil); dos profissionais da instituição (formação, jornada semanal, participação nos colegiados escolares); das condições de infraestrutura (conservação e adequação das instalações; adequação e disponibilidade dos equipamentos); das condições de realização do trabalho pedagógico (adequação de disponibilidade de espaços e tempos); até opiniões, percepções, expectativas e sugestões de toda a comunidade educativa, passando pelo registro e debate crítico das práticas, do ponto de vista de sua abrangência, intencionalidade e relevância. (BRASIL, 2012, p. 16):

Dessa forma, a avaliação institucional abrange a análise da instituição educativa como um todo. Ao buscar a qualidade *da* educação, o foco são as crianças e a avaliação *da* Educação Infantil dá-se em sentido macro, está diretamente relacionada ao sistema de Educação, abrange um conjunto de procedimentos e informações do projeto pedagógico da instituição, possui uma perspectiva formativa e contempla a auto avaliação e a avaliação externa.

Por sua vez, a Educação e especialmente a Educação Infantil exige dos profissionais que trabalham nessa área um olhar observador e objetivos bem definidos, à medida que a avaliação oferece subsídios para ações futuras. Para Micarello (2010, p. 1), “[...] na prática profissional de professores e professoras a avaliação deve cumprir o importante papel de oferecer subsídios para ações futuras”. Neste sentido, subtende-se que a partir das observações e conseqüentemente da tomada de decisões, depende as próximas ações e suas conseqüências. Cabe ao profissional da educação planejar a avaliação, para a

partir desta, dar continuidade ao processo educacional e propiciar o desenvolvimento das crianças.

Planejar é essencial ao ser humano, pois este faz planos, ou seja, traça metas para alcançar seus objetivos. Conseqüentemente, na educação infantil o docente não deve basear suas práticas em espontaneidade, mas precisa planejar o seu trabalho de forma que a criança e a infância sejam respeitadas. Entende-se que não basta planejar, mas que o planejamento seja flexível e possibilite ao profissional refletir sobre suas práticas e desenvolver uma atitude investigativa.

O docente que atua com a criança pequena é um profissional especial e poderá ser excelente profissional se for capaz de ter atitudes investigativas e se questionar constantemente. A investigação deve estar presente nas ações dos professores da Educação Infantil. À medida que, o profissional observa, planeja e reflete acerca de suas ações junto às crianças, terá condições de aperfeiçoar suas práticas pedagógicas. Além disso, segundo Micarello (2010, p.1):

Na educação infantil a avaliação cumpre o importante papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor as crianças com as quais trabalham, suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos, interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a.

Desta forma, a avaliação não tem por objetivo classificar ou rotular a criança, mas cumpre um papel de permitir ao professor conhecer as crianças com as quais trabalha. Esse conhecimento possibilita que haja uma melhor qualidade do seu trabalho, respeitando tanto as individualidades das crianças, quanto o seu desenvolvimento e suas especificidades. Sobre o objetivo da avaliação Silva (2012, p. 2 e 3) afirma que “não é um procedimento que indique o ponto final de um trabalho, uma classificação, para depois resultar numa exclusão futura; deve mostrar ao professor o quanto o aluno avançou em um determinado tempo”.

Por sua vez, é prejudicial ao desenvolvimento da criança, qualquer instrumento que visa aferir seu desenvolvimento considerando apenas algumas de suas dimensões sem considerar seu desenvolvimento integral. A Exemplo,

o ASQ² (Ages & Stages Questionnaires)³, instrumento que começou a ser adotado no Rio de Janeiro gerou reação de não aceitação pelo restante do país, uma vez que foi considerado um retrocesso nas políticas de avaliação da Educação Infantil. Essa reação foi imprescindível para a Educação Infantil, uma vez que possibilitou a continuidade a implementação de uma avaliação que considere o desenvolvimento integral da criança. Uma vez que o documento, Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação, considera o ASQ (Ages & Stages Questionnaires):

Esta avaliação resulta em classificação das crianças, em três níveis, associados às seguintes indicações: necessidade de uma avaliação em profundidade, recomendação de monitoramento e estímulos adicionais ou registro de que o desenvolvimento está dentro do esperado/programado. (Brasil, 2012 p. 9)

A avaliação da/na Educação Infantil deve ter como requisito principal respeitar e proteger os direitos das crianças favorecendo o seu desenvolvimento sem classificá-las. Desta forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil tem essa função. Pois enfatiza a avaliação das condições da oferta de creches e pré-escolas numa perspectiva de acompanhamento e desenvolvimento que respeita e protege direitos das crianças em contextos de desigualdade e diversidade.

Nesse sentido, a avaliação na educação infantil numa perspectiva de acompanhamento do desenvolvimento das crianças, envolve os profissionais da educação num processo contínuo de reflexão sobre a ação educativa e sobre as condições de aprendizagem, a fim de proporcionar situações enriquecedoras e de descobertas com novas experiências para as crianças. Para Flores (2015, p. 201):

Uma avaliação padronizada não ajuda os professores e gestores a refletirem sobre a prática educativa realizada, sobre as condições de

² Trata-se de um instrumento desenvolvido nos Estados Unidos, em 1997, por Jane Squires e Diane Bricker, que tem como foco avaliar o desenvolvimento da criança. Em 2010, foi aplicado nas instituições de educação infantil, públicas e conveniadas, da rede municipal do Rio de Janeiro, por meio de parceria firmada entre o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e a Secretaria Municipal de Educação. Por meio desse instrumento tem-se o propósito de avaliar individualmente as crianças, em cinco domínios: (1) comunicação, (2) coordenação motora ampla, (3) coordenação motora fina, (4) resolução de problemas e (5) pessoal/social.

³ Questionários sobre idades e estágios.

aprendizagem oferecidas e, ainda, sobre se essas práticas estão adequadas às necessidades das crianças. Com isso, corremos o risco de perder a concepção, ainda em constituição, de que avaliar as crianças pequenas é enfrentar o desafio de revelar o universo infantil na sua singularidade e transformação, mediado pelas experiências a elas oferecidas.

As crianças devem ser acompanhadas em suas descobertas. Logo, o docente precisa registrar para dar subsídios à ação educativa no seu cotidiano, permanentemente voltada à criança. Assim, não existe um padrão como referência para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Nesse sentido, o documento do MEC, Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto, oferece subsídios para avaliação numa perspectiva de desenvolvimento, Brasil (2015, p.39):

Além disso, é preciso ter em vista que as conquistas das crianças pequenas, seus ritmos de crescimento, desenvolvimento e aprendizado não se dão de modo linear, estando sujeitos a sobressaltos, variabilidades; principalmente para crianças com menos de 6 anos. Com isso queremos ressaltar que não existe norma padrão a ser obedecida, o conceito de uma “criança com padrão normal” [...].

Dessa forma, as crianças se desenvolvem de formas diferenciadas. Seus avanços não seguem padrões pré-estabelecidos, por isso é imprescindível respeitar suas individualidades, pois não existe um padrão regular. Para que a avaliação seja coerente é preciso que as atividades planejadas para ser desenvolvidas pela criança também sejam, uma vez que os registros acerca das crianças, seus avanços e conquistas, devem estar de acordo com suas reais possibilidades como criança.

A Educação infantil tem alcançado muitas conquistas. Compreendendo a criança como sujeito de direito que precisa se desenvolver integralmente, torna-se aos poucos foco das propostas pedagógicas. Segundo Vieira (2014, p. 24), “a participação das diferentes instâncias e segmentos envolvidos com a educação infantil é entendida como condição essencial na construção e consecução da avaliação, emprestando-lhe o caráter democrático”. Esse envolvimento com a Educação Infantil é essencial para a mudança de concepções de planejamentos e avaliações nessa etapa,

propiciando a adoção de uma concepção de avaliação que entenda a criança como sujeito de direito, ativo, que age, interage e produz.

É preciso considerar ainda a importância da formação inicial e continuada, para favorecer a aquisição de novas e adequadas concepções de criança e dos melhores instrumentos/procedimentos a serem usados na avaliação na Educação Infantil, numa perspectiva de acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Vale lembrar que o profissional pesquisador pode melhor planejar e avaliar o seu trabalho junto às crianças, mudando concepções que se perpetuam acerca de quem é a criança da Educação Infantil e o tipo de trabalho que deve ser desenvolvido.

Os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil – INDIQUE, contribuem com a definição e avaliação da qualidade da Educação Infantil, na perspectiva da avaliação institucional. Este documento objetiva auxiliar os profissionais da Educação e a comunidade no processo, ou seja, constitui-se como proposta de auto avaliação das instituições.

O diagnóstico sobre a qualidade da instituição de Educação Infantil deve considerar a participação dos profissionais, famílias e comunidade. Aspectos como os direitos fundamentais das crianças, a valorização das diferenças, os valores sociais, o reconhecimento da legislação educacional brasileira, além dos conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento das crianças e a formação dos profissionais contribuem para a definição de critérios de qualidade da educação.

Desta forma, as práticas educativas devem respeitar as especificidades e os direitos das crianças. E a melhoria da qualidade será possível, a partir da compreensão da instituição de sua dinâmica possibilitando a mesma intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus critérios e prioridades.

3.1 Instrumentos/procedimentos de avaliação na Educação Infantil

A avaliação na Educação Infantil é indispensável numa perspectiva de acompanhamento do desenvolvimento das crianças e de orientação do planejamento das práticas pedagógicas. As DCNEI orientam que as instituições devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e

para avaliação do desenvolvimento das crianças. Desta forma, o acompanhamento das crianças na sua rotina pelos profissionais da educação permite conhecê-las melhor, possibilitando intervenções enriquecedoras dos professores e apropriação pelas crianças dos conhecimentos de mundo e de si mesmas.

Segundo Micarello (2010, p.3), “a avaliação deve objetivar um conhecimento mais aprofundado das crianças para que os adultos sejam capazes de mediar, de forma mais adequada, as relações entre elas e o ambiente no qual estão inseridas”. Desta forma, o acompanhamento visa conhecer melhor a individualidade de cada criança e cabe ao professor criar os instrumentos/procedimentos mais adequados para acompanhar seu trabalho e o desenvolvimento das crianças, como afirma Micarello (2010, p. 04):

A organização de um planejamento pedagógico centrado na criança, em suas necessidades e interesses, requer a criação de **procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças**, pois esses procedimentos orientarão o olhar dos professores e professoras sobre seu próprio trabalho e sobre o modo como as crianças estão se beneficiando ou não das intervenções planejadas. (grifos da autora)

Os instrumentos/procedimentos criados pelo profissional da Educação Infantil para acompanhamento do desenvolvimento das crianças, deve permitir melhorar o seu trabalho junto às criança e estes só adquirem sentido à medida tornam o acompanhamento das crianças e as práticas pedagógicas mais significativas conforme alerta Hoffmann (2012, p. 15):

[...] não se deve denominar por “avaliação”, desta forma, os instrumentos que fazem parte do “processo de acompanhamento” das crianças, tais como pareceres descritivos, fichas, relatórios, dossiês dos alunos e outras formas de registros ou anotações. Esses registros são “instrumentos” utilizados no processo [...]. O instrumento, como tal, não pode ser denominado de “avaliação”. Ele integra o processo. Como ferramenta, só adquire sentido à medida que auxilia a tornar o acompanhamento e o fazer pedagógico mais significativos [...].

Desta forma, avaliação não deve ser confundido com instrumentos, nesta perspectiva, a primeira diz respeito ao acompanhamento, enquanto os instrumentos auxiliam nesse acompanhamento propiciando que o trabalho pedagógico seja mais significativo para as crianças. Vale ressaltar que, o planejamento pedagógico deve ser flexível e respeitar as individualidades das

crianças. Para Redin (2013) planejamento é muito mais um desenho sinuoso que permite ir e vir, dar voltas, zigue zaguear do que uma prescrição linear. Além disso, a criança deve ser o centro do planejamento e os professores precisam ter um olhar contínuo e reflexivo sobre as crianças.

Para Silva e Urt (2014, p. 57) “a avaliação é de suma importância porque através do acompanhamento contínuo do desenvolvimento infantil é possível reavaliar ações, redirecionar objetivos, ampliar novas possibilidades de trabalho.”. Nesse sentido, o olhar atento do professor sobre a criança e seu desenvolvimento permite a ampliação de possibilidades. À medida que as crianças têm formas diferentes de ver o mundo, interesses e necessidades, suas ações podem ir além da percepção dos adultos. Desta forma, identificar os interesses e necessidades das crianças é fundamental aos professores, para Micarello (2010, p. 4):

[...] os instrumentos de acompanhamento da prática pedagógica têm a importante função de permitir que os professores e professoras identifiquem os interesses e necessidades que as crianças manifestam no presente, pois quando esses interesses são atendidos serão criadas condições para que as crianças enfrentem desafios, alcançando novos patamares em seu desenvolvimento afetivo, emocional e cognitivo.

A partir da identificação dos interesses e necessidades das crianças, cabe ao professor atendê-los, visando o alcance de novos níveis no desenvolvimento dessas crianças. Nesse sentido, é imprescindível um planejamento coerente, com intencionalidade e atividades conectadas com objetivos bem definidos para alcançar nas práticas pedagógicas novos direcionamentos, proporcionando novas aprendizagens e desenvolvimento para as crianças. Segundo Micarello (2010, p. 06):

A intencionalidade das práticas pedagógicas na educação infantil requer planejamento, pois sem ele as atividades propostas às crianças acabam se tornando ações com um fim em si mesmas, desconectadas umas das outras e que não alcançam plenamente seus objetivos.

É essencial o conhecimento que não apenas atividades direcionadas precisam do olhar observador dos professores. O cotidiano com as crianças exigem a observação permanente dos docentes e atividades livres, ou seja, não direcionadas também são momentos ricos, que as crianças

interagem e se desenvolvem. De modo geral, é necessário que no planejamento haja espaço para avaliar o que foi proposto. Estes espaços para reflexões são imprescindíveis no planejamento pedagógico. Além desses espaços no planejamento pedagógico outro instrumento importante é o registro do cotidiano das crianças, considerando que, a partir da convivência o professor terá a oportunidade de conhecer a criança com a qual trabalha.

Registrar os momentos vivenciados pelas crianças a partir de suas observações enriquece a sua prática, permitindo tomar decisões que propiciem o desenvolvimento das crianças a partir de intervenções coerentes. Para Micarello (2010, p. 7) “o dia a dia com as crianças oferece muitos momentos que exigem que o professor exercite sua capacidade de observá-las para decidir sobre a melhor maneira de intervir”. Essas intervenções são significativas para o processo de crescimento e desenvolvimento das crianças, proporcionando momentos enriquecedores de aprendizagem e a abertura de novas possibilidades para as crianças se desenvolverem integralmente.

Vale ressaltar que, os instrumentos escolhidos para o acompanhamento do desenvolvimento das crianças estão intimamente relacionados aos objetivos de formação dos indivíduos, Faria e Bessler (2014, p.161) pontua:

É fundamental destacar que a escolha dos instrumentos e dos objetivos que envolvem o ato de avaliar está diretamente ligada com a preocupação dos sujeitos que a escola pretende formar. Sendo assim, a avaliação na educação infantil é marcada por diversos âmbitos que demandam um olhar multifacetado e diferentes linguagens.

Nessa perspectiva, a atenção do professor é fundamental e deve ser voltado para as crianças como sujeitos ativos e produtoras da cultura na qual está inserida. E o currículo da Educação Infantil deve levar em consideração as experiências das crianças ao incorporá-las à rotina da instituição de Educação Infantil. A criação de instrumentos/procedimentos de acompanhamento tanto do desenvolvimento das crianças, quanto da prática pedagógica exige propostas que valorizem as especificidades das crianças e sua capacidade de acompanhar e produzir registros das ações pedagógicas. Como aponta o documento, Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto:

Interessa dar a conhecer o trabalho da instituição, de cada grupamento ou turma de crianças, seus percursos de desenvolvimento e aprendizado na Educação Infantil de modo narrativo e, para tal, pareceres descritivos, relatórios e portfólios se colocam como alternativas importantes para registrar e comunicar a avaliação das crianças. (BRASIL 2015, p. 39-40)

Neste sentido, existem diversos instrumentos/procedimentos que podem ser utilizados pelos docentes para enriquecer suas práticas e propiciar o desenvolvimento das crianças da primeira etapa da Educação Básica. A partir dessas considerações vale comentar alguns instrumentos de registros de acompanhamento das práticas pedagógica sugeridos por MICARELLO (2010) que podem ser utilizados, como: o planejamento; registros do cotidiano; registros individuais, tanto com a participação, quanto sem a participação das crianças; e relatórios de avaliação elaborados pelos docentes.

O planejamento pedagógico é um aliado do professor e enriquecedor das práticas pedagógicas. Nessa perspectiva torna-se mais rico quando além de projetar o trabalho a ser realizado, permite avaliar o que foi proposto, ou seja, a execução do planejamento, as ações das crianças frente às propostas, a forma como as crianças acataram as ações planejadas. Essas conclusões acerca do planejamento, sobre sua eficácia, se dá à medida que há avaliação do planejamento.

Para Faria e Bessler (2014, p. 162) “a avaliação do planejamento não se faz suficiente apenas para prever o que será feito e definir as intencionalidade pedagógicas, mas também para avaliar os resultados do que foi planejado, principalmente no que se refere ao modo como as crianças acolhem e atendem as propostas”. O olhar atento do professor e sua capacidade de registrar o modo de acolhimento e reações do que foi proposto é imprescindível para que as crianças alcancem novos patamares de desenvolvimento. De acordo com Micarello (2010, p.6):

[...] é importante que os professores e professoras reservem, em seus planejamentos, um espaço para registrar as reações das crianças ao que foi proposto, os pontos positivos e negativos percebidos no desenvolvimento das atividades e o que pode e deve ser modificado numa próxima vez.

Vale enfatizar que tanto os pontos negativos quanto os positivos precisam ser registrados. Dessa forma propiciará o aperfeiçoamento das

ações, vislumbrando melhores caminhos para as crianças. Ou seja, permite identificar o que pode ser melhorado.

Os registros do cotidiano das crianças são fundamentais para que o professor conheça a criança e seja um mediador em seu processo de desenvolvimento. Sendo assim, afirma Silva (2012, p. 5):

A Avaliação na Educação Infantil deve ser constante e diária. O educador deve ter conhecimento da realidade do seu aluno. Observar questões referentes a onde vive, como vive, respeitar as suas diferenças e sua individualidade é primordial, e faz com que o professor possa ser um agente transformador da aprendizagem do aluno. Com isto a avaliação se torna um processo simples e fácil.

Há, portanto, a necessidade de um acompanhamento contínuo das crianças tanto na sala de aula quanto fora dela. Para que os registros englobem as crianças de maneira fidedigna deverá conter aspectos que dizem respeito as crianças como um todo, em ambientes diversos, desde o ambiente institucional e familiar, suas condições, o seu contexto social e sua individualidade.

Cada criança tem suas peculiaridades, possui famílias e, contextos diferentes e a avaliação só conseguirá abranger as especificidades de cada criança se considerar a sua realidade. Ainda sobre a avaliação das crianças, em seu cotidiano, para Micarello (2010, p.7) “o dia a dia com as crianças oferece muitos momentos que exigem que o professor exercite sua capacidade de observá-las para decidir sobre a melhor maneira de intervir”. Faria e Bessler (2014, p. 162) exemplifica:

É interessante observar aspectos como: a chegada da criança escola – se está acompanhada ou não pela família; sua reação diante da presença de adultos e de outras crianças; suas atitudes ao brincar sozinha ou com os companheiros; por quais temas mais se interessa; entre outras muitas situações nas quais a criança revela seus conhecimentos prévios e aqueles em que será possível alcançar com a mediação do professor. Daí a importância de se desenvolver um olhar observador, de investigação, que permita apreender o aluno em toda a sua riqueza e em todas as suas dimensões singulares.

Além destas implicações, observar e registrar ajuda o professor nas intervenções, permite que as individualidades das crianças sejam respeitadas, uma vez que cada uma tem suas peculiaridades e tem reações diferentes frente às diversas situações do cotidiano. Vale considerar que as crianças

estão se apropriando do mundo e de si mesma. Nesse sentido cada momento deve ser observado e registrado, para que haja uma intervenção docente enriquecedora para o desenvolvimento integral da criança.

A observação das ações das crianças em seu cotidiano ajuda ao professor escolher o melhor momento de intervir e que esta intervenção seja feita de maneira rica. Os registros individuais das crianças além de respeitar as individualidades, permitem o compartilhamento das vivências das crianças entre os adultos. Esses registros possibilitam ainda que os professores acessem suas anotações em momentos diversos. As observações sobre as crianças podem ser registradas até mesmo em um caderno, o que torna esses registros práticos e acessíveis. De acordo com Micarello (2010, p. 06):

O professor ou professora pode manter um caderno no qual registre fatos relativos a cada uma das crianças, individualmente: aspectos da vida familiar, como comentários que as crianças ou os pais fazem sobre acontecimentos de casa; vivências da criança na instituição – parceiros com os quais prefere brincar, desentendimentos, comentários que a criança faz sobre temas que estejam sendo discutidos, hábitos, preferências, dentre outros aspectos que se julguem relevantes. No início do ano o professor ou professora pode dividir a quantidade de páginas do caderno pelo número de crianças do grupo e criar um índice para que as observações sobre a cada criança fiquem registradas todas numa mesma seção do caderno. Esse material é muito importante para ser compartilhado entre os diferentes adultos que lidam com as crianças na instituição, pois permite um conhecimento mais aprofundado de cada uma delas e um acompanhamento das mudanças que vão experimentando ao longo de seu processo de desenvolvimento.

Estas ações de registrar as observações individuais sobre as crianças dependem da organização dos profissionais que lidam com as mesmas e permitem apreender as crianças em todas as suas dimensões considerando que as situações vivenciadas tanto na instituição quanto com suas famílias precisam estar inter-relacionadas e o professor com seu olhar observador, investigativo conseguirá intervir nas diversas situações.

Dessa forma é imprescindível como afirma Faria e Bessler (2014, p. 162) “[...]a importância de se desenvolver um olhar observador, de investigação, que permita apreender o aluno em toda a sua riqueza e em todas as suas dimensões singulares”. Esse olhar observador tanto permite conhecer essa criança, quanto acompanhar seu processo de desenvolvimento.

Os profissionais que trabalham junto às crianças devem criar condições para que as crianças participem do processo de elaboração dos registros. Segundo Faria e Bessler (2014, p. 162) “a criança, enquanto sujeito ativo na construção de seu conhecimento, deve ser vista como parceira em todas as situações de seu cotidiano escolar, inclusive na construção dos registros de acompanhamento da prática pedagógica”.

Nessa perspectiva, a participação das crianças na elaboração dos relatórios deve ser valorizada, uma vez que são sujeitos ativos do seu processo de desenvolvimento e são capazes de avaliar e expressar suas experiências através de várias linguagens. Micarello (2010, p.162) “as crianças também avaliam suas experiências na instituição e expressam essa avaliação através de múltiplas linguagens: dos gestos, da fala, do desenho, da escrita, dentre outras”. Cabe aos professores ficarem atentos para tornar essas experiências mais ricas e com novas possibilidades para que as crianças alcancem novos patamares de desenvolvimento, tanto na instituição, quanto fora dela.

Os portfólios são instrumentos importantes na Educação Infantil, propicia a valorização das produções das crianças nessa primeira etapa da Educação básica. Para Silva (2012, p. 10):

Portanto, o portfólio na Educação Infantil é um trabalho criativo onde são armazenadas e organizadas todas as atividades desenvolvidas pela criança e demonstra o processo de aprendizagem e os resultados obtidos. O portfólio é um instrumento através do qual se revela o esforço, o progresso e as conquistas das diferentes etapas de trabalho ajudando na compreensão do que foi feito.

O portfólio individual é uma excelente opção para organizar as produções das crianças. Conforme Micarello (2010) a função dos portfólios vai além dos registros, pois devem refletir o processo de produção das crianças por meio de fotos, objetos, coleções, dentre outros. Segundo Faria e Bessler (2014, p. 163), “é importante que os portfólios estejam sempre ao alcance das crianças e sejam retomados frequentemente pelo docente, a fim de lembrar atividades já realizadas e provocar um olhar observador das crianças com relação às suas próprias produções”.

É imprescindível que as crianças tenham a oportunidade de escolher as produções que irão compor o portfólio. Vale destacar que além de permitir

essas ricas tomadas de decisões e reflexões na composição do portfólio, este é um excelente material a ser compartilhado com as famílias num processo de acompanhamento das vivências das crianças na instituição e a valorização das produções das crianças. Para Silva (2012, p. 10) “este instrumento também é uma maneira dos pais ou responsáveis pela criança acompanharem o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos”.

Quanto ao portfólio coletivo é composto pelas produções realizadas em grupo e as impressões das crianças em diversas atividades. Coletadas pelos professores sobre as impressões das crianças em diversas situações no cotidiano da instituição e assim como o portfólio individual, o coletivo deve estar acessível às crianças e ser retomados pelos professores quando achar necessário. Desta forma, é inegável a importância dos portfólios, conclui Silva (2012, p. 10):

Como vimos, o portfólio é um processo no qual se pode documentar, observar e interpretar o que as crianças aprendem em um determinado período, permitindo ao educador o reconhecimento do nível de aprendizagem do educando, através das atividades realizadas por estes. No portfólio faz-se um acompanhamento voltado para uma análise qualitativa do desenvolvimento da criança, concentrando as atenções dos professores, dos pais ou responsáveis e das crianças motivando-as para as descobertas e a construção do seu conhecimento.

Ricos instrumentos de pesquisa, os relatórios de avaliação elaborados pelos docentes podem ser descritivos e devem abranger todas as dimensões da criança. Um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento da criança e de avaliação do trabalho pedagógico que exige um olhar extremamente observador do profissional que atua junto à criança.

O foco do acompanhamento é a própria criança como sugere Micarello (2010, p.10), “a referência para elaborá-los deve ser a própria criança, e não critérios previamente estabelecidos aos quais se espera que ela corresponda”. Elaborado a partir de cada criança essas observações, o docente terá a possibilidade de entender os interesses e necessidades de cada criança e planejar novas intervenções, haja vista que avaliou seu trabalho pedagógico.

Enquanto os descritivos têm caráter mais confidenciais por conter relatos dos pais aos docentes quanto a aspectos relativos à saúde da criança,

hábitos alimentares que precisam ser seguidos na instituição, são relatórios de uso exclusivo dos professores e familiares e que são fundamentais para garantir uma melhor qualidade para a criança da Educação Infantil.

Os instrumentos/procedimentos devem propiciar que o trabalho docente seja mediador. A formação de um profissional observador e reflexivo, permite dá continuidade as ações educativas, logo a avaliação na Educação Infantil, numa perspectiva de acompanhamento do desenvolvimento das crianças se difere da concepção tradicional de avaliação evidenciada entre educadores, de cunho comparativo e classificatório.

4 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS DAS TURMAS DE BERÇÁRIO II E MATERNAL I: PERCURSO E ANÁLISE

Este capítulo apresenta o percurso utilizado para a coleta dos dados, descrição do procedimento adotado, a caracterização da instituição de Educação Infantil investigada e dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como a análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário às professoras da creche, berçário II e maternal I. Por meio da análise das respostas das professoras foi possível identificar a concepção de avaliação e os objetivos, os instrumentos/procedimentos utilizados e as dificuldades encontradas pelas professoras da Instituição na realização da avaliação na Educação Infantil, no âmbito de creches, de uma instituição pública de Imperatriz – MA.

4.1 Procedimento adotado para a coleta de dados

Esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e se propôs a investigar como se constroem as concepções dos professores sobre a avaliação na Educação Infantil, em turmas de creches, crianças de até 3 anos de idade, em uma instituição de Educação Infantil na cidade de Imperatriz-MA. Segundo Flick (2009, p.25) “a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa.” Desta forma, faz parte do processo da pesquisa, tanto as concepções do pesquisador, quanto dos sujeitos pesquisados.

Desse modo adotou-se a aplicação de questionário, às professoras, como instrumento de coleta de dados. Para Lakatos e Marconi (2003) o questionário é um instrumento de coleta de dados e constitui-se por uma série de perguntas, estas devem ser respondidas por escrito e não precisa da presença do entrevistador. A escolha pelo questionário não se deu aleatoriamente, foi fundamentada na certeza de conseguir o objetivo da proposição, uma vez o entrevistado pode formular melhor sua resposta pelo tempo que dispõe para refletir.

4.2 Caracterização da Instituição pesquisada

A pesquisa foi realizada em uma Instituição pública da cidade de Imperatriz -MA. Alguns critérios pré-definidos nortearam a seleção do local da pesquisa como: ser uma Instituição Proinfância, por considerar sua importância como Instituição de Educação Infantil modelo, atendimento de crianças de creches, até três anos de idade e pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e a aceitação da Instituição e colaboração das professoras em participar da pesquisa. Para preservar o anonimato da instituição onde foi realizada a pesquisa e dos sujeitos participantes e por uma questão de ética, adotou-se o nome fictício EMEI para referir-se à instituição.

A Instituição de Educação Infantil, EMEI foi construída recentemente em Imperatriz- MA, por meio do Programa do governo federal, que visa à melhoria da qualidade da educação nessa primeira etapa da Educação Básica. A Instituição é considerada, Instituição de Educação Infantil modelo da cidade. Está localizada em um bairro periférico da cidade.

A mesma possui prédio próprio. As salas de atividades apresentam as seguintes características: são amplas, arejadas e climatizadas, pintura bem conservada, boa iluminação, possuem bancadas, lavatórios para higienização das mãos, armário para organização dos materiais pedagógicos e espaço para guardar as mochilas das crianças. O canto da hidratação, com um filtro de plástico e copos para as crianças beber, canto do nariz com espelho, papel higiênico e álcool em gel. A sala do maternal possui uma lousa e as mesas e cadeiras são suficientes e adaptadas para as crianças. Com exceção da sala de Berçário II que não possui cadeiras e mesas para as crianças, há tatames e colchões espalhados pelo chão e uma sala em anexo com berços e colchões para as mesmas.

A instituição funciona nos períodos matutino e vespertinos, nos horários de 07h 15min as 11h 30 min e 13h15 as 17h15mim respectivamente, de segunda a sexta-feira. O atendimento das crianças é a partir de um ano e quatro meses a três anos, denominada creches e quatro e cinco anos e onze meses, pré-escolas, são 335 crianças matriculadas. Este bairro não possui sistema de esgoto em sua totalidade, contudo, apresenta serviços como coleta

de lixo regular, energia elétrica, água encanada e transporte público, comércios, salão de beleza e uma quadra poliesportiva próxima a Instituição.

A Instituição pesquisada apresenta em sua estrutura um amplo espaço físico com sala para turma de berçário I e II, maternal I e II, I e II período, sala multiuso, biblioteca, sala de vídeo, lactário, fraldários, sanitários, parque coberto, um pequeno anfiteatro sem cobertura, refeitório, bebedouros ao alcance das crianças e para adultos, dentre outros ambientes que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além dos ambientes administrativos, sala de professores, secretária, coordenação e gestão, de serviço, cozinha e dispensas.

A Instituição possui estacionamento próprio, recepção, almoxarifado, banheiros para adultos e crianças e nas salas de maternal há banheiros dentro da sala. É importante lembrar que a instituição de Educação Infantil é acessível, com adaptação para o atendimento a deficientes.

Fez-se necessário compreender como se dá a avaliação na Educação Infantil (creche) considerando as exigências legais e o que se espera em relação aos direitos das crianças.

4.3 Caracterização dos Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino, duas professoras atuantes na Educação Infantil, em turmas de creches, Berçário II e maternal I, ambas são graduadas em Licenciatura em pedagogia com dois e oito anos respectivamente na docência em Educação Infantil na Rede Municipal de Educação da Cidade de Imperatriz- MA. Por questão de ética e para preservar a identidade das professoras participantes da pesquisa, foi adotado nomes fictícios: P1, professora do berçário II e P2, professora do maternal I, para referir-se as professoras envolvidas na pesquisa, as mesmas trabalham em tempo integral.

A definição dos sujeitos da pesquisa, professoras de Creches, deu-se por considerar a relevância do seu trabalho junto às crianças de até três anos de idade, partindo da formação, concepções, planejamento e definição dos instrumentos/procedimentos adotados para a realização do seu trabalho junto às crianças e ainda as possíveis dificuldades de avaliar, principalmente

bebês e crianças pequenas, com respeito a diferença de cada criança como sujeito e seu ritmo próprio de desenvolvimento.

4.4 A avaliação na Educação Infantil a partir das concepções das professoras das turmas de Berçário II e maternal I

É possível perceber por meio das respostas das professoras que, a concepção de avaliação do profissional que atua na educação infantil, ainda permanece atrelada a visão de avaliação desenvolvida nas demais etapas da Educação básica. A P1, relaciona avaliação apenas a um diagnóstico da realidade, embora se refira a avaliação como um processo. A P2 considera a observação e os registros como instrumentos avaliativos, porém utiliza com a finalidade de obtenção de resultados como ocorre nas demais etapas. O entendimento norteia as práticas. Nesse sentido, é preciso analisar qual a concepção das professoras sobre avaliação.

As opiniões das professoras são divergentes como pode se perceber a partir das respostas dadas a esse questionamento. Para as professoras participantes da pesquisa avaliação significa:

É um processo que se relaciona a uma série de informações sobre determinada realidade. **(P1)**

Obter os resultados alcançados no ensino aprendido do aluno, tanto através de observações cotidianas, quanto em registros, provas e atividades, garantindo em reflexão sobre os avanços. **(P2)**

A avaliação é um processo e permite acompanhar todo o percurso de desenvolvimento das crianças, embora sejam utilizadas ferramentas como a observação e os registros, não pode ser definida com um fim em si mesma, é preciso que o professor seja um observador, esteja constantemente atento a todas as ações e reações das crianças, para poder intervir, numa perspectiva de avaliação mediadora, essencial para uma Educação Infantil de qualidade.

O ato de avaliar está estritamente relacionado ao processo de acompanhamento. Para Silva (2012, p. 2), “avaliar quer dizer analisar o processo de construção da aprendizagem vivenciada pelo educando, tendo como objetivo redimensionar todo o momento das propostas educacionais, servindo como um instrumento educativo [...]”. Por meio de análises o professor terá informações sobre as crianças, conhecendo suas potencialidades,

interesses, necessidades, para poder intervir de forma a melhorar o trabalho realizado e principalmente, propiciar o desenvolvimento das crianças de forma integral.

Através da avaliação é possível intervir na realidade, num processo contínuo de acompanhamento, possibilitando ao educador (re)planejar suas ações a fim propiciar maiores avanços e desenvolvimentos. Avaliação, para Hoffmann (2012, p.13), “refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo[...] de caráter processual e visando, sempre, a melhoria do objeto avaliado.” A avaliação como um processo, permite o acompanhamento da criança de modo que se desenvolva progressivamente.

A concepção da P1 quanto ao objetivo da avaliação está relacionada a acompanhamento. O professor da Educação Infantil precisa ter essa clareza, porém o acompanhamento não deve ser apenas do desenvolvimento da aprendizagem. A P2 foi contemplativa ao falar em desenvolvimento pleno da criança, porém não vislumbra como um processo de acompanhamento essencial ao avaliar na Educação Infantil. Segundo as professoras, o objetivo da avaliação na Educação Infantil. A partir das definições de Avaliação é preciso analisar: Qual o objetivo da avaliação na Educação infantil?

O principal objetivo da avaliação na Educação infantil é acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem. **(P1)**

Avaliar o desenvolvimento integral da criança. **(P2)**

A concepção de avaliação trazida Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 31, inciso I, na Educação Infantil a avaliação deve ser organizada, mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A partir do acompanhamento do desenvolvimento da criança são oferecidos subsídios para que o professor reflita sobre seu trabalho e amplie as possibilidades para que a criança se desenvolva integralmente. Não podendo haver a valorização do desenvolvimento de alguns aspectos em detrimento de outros. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definem

que, o objetivo da avaliação é acompanhar o desenvolvimento da criança, não apenas a aprendizagem, mas o desenvolvimento integral.

As professoras foram categóricas ao afirmar que há distinções entre avaliação na Educação Infantil e as demais etapas da Educação básica. A P1 reconhece a faixa etária das crianças que devem ser atendidas na Educação Infantil, desconhece a importância da avaliação da qualidade e ainda utiliza o termo ensino ao referir-se à educação. A P2 traz a definição de avaliação que atende ao conceito de avaliação na Educação Infantil. Foi questionado as professoras se a avaliação na Educação Infantil se difere das outras etapas? Justifique.

Sim. A avaliação na Educação infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos, sem a necessidade de ter uma avaliação que verifique a qualidade do ensino infantil. **(P1)**

Sim, pois a avaliação deve ser o acompanhamento individual de cada criança. **(P2)**

A avaliação na Educação Infantil tem suas especificidades e se difere da avaliação realizada nas demais etapas da Educação básica. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009 em seu Art. 10, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.

Nesse sentido, o professor da Educação Infantil, não deve se basear em resultados de provas e/ou atividades estanques, mas nas diversas situações proporcionadas as crianças em seu cotidiano na instituição. Enquanto, a avaliação por meio de provas nas demais etapas é uma ação corriqueira que promove para etapas posteriores, seleciona e classifica os alunos.

Educação não deve ser confundido com ensino, pois o primeiro é um processo mais amplo e ensino está mais relacionado as demais etapas da Educação. Para Sousa (2015) educação tem uma maior abrangência do que o conceito de ensino no que diz respeito ao desenvolvimento humano. Desta forma, Educação Infantil implica em um processo com suas peculiaridades para crianças com até 5 anos respeitando suas especificidades.

Em relação à qualidade, o Ministério da Educação (MEC) desenvolve estratégias para contribuir com a qualidade da Educação, e especialmente para Educação Infantil sintetizou os fundamentos para o monitoramento de sua qualidade no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade e os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.

A observação foi citada por ambas as professoras como a ferramenta utilizada para a realização da avaliação das crianças, sabe-se que esse procedimento é imprescindível no processo avaliativo. A P1, ainda acrescenta que considera a individualidade das crianças no seu desenvolvimento cognitivo e social. Desta forma, as professoras foram questionadas sobre os procedimentos que utiliza para avaliação na Educação Infantil e responderam:

Acompanho o desenvolvimento das crianças por meio da observação diária. **(P1)**

A observação, analisando o desenvolvimento de cada criança, tanto no cognitivo quanto no social. **(P1)**

A escolha dos instrumentos/ procedimentos de avaliação são fundamentais para acompanhar o desenvolvimento das crianças e melhorar o planejamento pedagógico. Além disso, cabe à instituição e aos profissionais escolherem os instrumentos/ procedimentos para realizar a avaliação do desenvolvimento das crianças. Como define, As DCNEI, resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009 em seu Art. 10, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças. Portanto, a observação é uma ferramenta imprescindível no processo de avaliação, pois as crianças estão em constante avanço e se desenvolvem em interações diversas.

O cotidiano oferece inúmeras possibilidades de aprimoramento do trabalho docente junto às crianças, e para que o professor possa refletir sobre o que foi observado, é imprescindível que seja registrado. A observação só terá sentido, à medida que permitir ao professor refletir sobre o que foi observado. Desta forma, a avaliação e o planejamento estão estritamente relacionados. É preciso também que avaliação não seja confundida com os instrumentos/ procedimentos. Conforme Hoffmann (2012, p.15): “não se deve denominar por “avaliação”, [...] os instrumentos que fazem parte do “processo de

acompanhamento” das crianças, tais como pareceres descritivos, fichas, relatórios, dossiês dos alunos e outras formas de registros ou anotações.” Esses instrumentos são ferramentas essenciais, à medida que auxiliam o acompanhamento da criança e tornam as práticas pedagógicas significativas para o seu desenvolvimento.

As crianças estão num intenso processo de desenvolvimento e o professor precisa registrar para intervir de maneira eficiente. A P1 relata que realiza o registro por meio da escrita, utiliza ainda fotografias, vídeos e gravação de áudio para a realização do mesmo. No entanto, a P2 afirma que os registros são feitos apenas na folha de desempenho das crianças. Ao serem indagadas: Como você realiza os registros dos avanços das crianças, ao que responderam:

O registro é feito através de escrita, fotografias, vídeos, gravação de áudio. **(P1)**

Os registros são feitos na folha de desempenho e aprendizagem de cada criança. **(P2)**

O registro do cotidiano das crianças é essencial, ferramenta rica e subsidia o aprimoramento do trabalho docente. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, volume I, Brasil (1998, p. 59) “são várias as maneiras pelas quais a observação pode ser registrada pelos professores. A escrita é, sem dúvida, a mais comum e acessível”. Os registros apontados pelas professoras são feitos apenas com a finalidade de atender mais uma exigência burocrática, pois as professoras citam apenas estes como procedimento utilizado para registrar os avanços das crianças, a P2 afirmou em uma conversa que a SEMED exige que os professores façam a cada bimestre o Relatório de Acompanhamento do Desenvolvimento e Aprendizagem da criança, esse registro de desempenho são entregues aos pais/responsáveis no final do ano letivo.

Não obstante, tem-se um avanço à medida que as DCNEI orienta a criação de documentação específica que permita às famílias conhecer tanto o trabalho da instituição junto às crianças, quanto os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na primeira etapa da Educação básica. Nesse sentido permite aos pais conhecer alguns avanços, retrocessos,

dificuldades e conquistas no período que seus filhos frequentam a instituição de Educação infantil.

De acordo com as DCNEI, as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho e para a avaliação do desenvolvimento das crianças. No entanto, os registros feitos apenas na folha de desempenho atende mais uma exigência burocrática, ao ser adotado apenas esse relatório de acompanhamento, as crianças são avaliadas de forma superficial, uma vez que uma única ferramenta pode não ser capaz de abranger o dia a dia das crianças na instituição e ainda, ser feito apenas pelo professor e não contar com a participação das crianças. Dessa forma, não contempla as vivências das crianças e o seu processo de desenvolvimento.

A realização de registros, tanto pelos adultos quanto pelas próprias crianças, são importantes para acompanhamento de seu desenvolvimento. Assim como permitem que, os pais acompanhem o desenvolvimento e aprendizagem e o trabalho desenvolvido pela instituição junto às crianças.

Para a Educação Infantil, a disponibilidade real do adulto frente às crianças é o fundamento de uma proposta de avaliação, numa perspectiva de acompanhamento. Toda ação, deve partir dos interesses e necessidades das crianças para que haja a ampliação de suas possibilidades, ou seja, toda ação deve está centrada na criança, respeitando suas individualidades. Vale ressaltar, que os relatórios não devem ser feitos esporadicamente, mas frequentemente, assim possibilitará ao educador ajudar ampliar suas conquistas.

A Educação Infantil vem se consolidando aos poucos e a avaliação nessa etapa também está num processo de implementação. Quanto à formação pertinente a realização da avaliação na Educação Infantil, as professoras foram categóricas ao afirmarem que recebem. A P2 ressalta que a SEMED, realizou formação com o tema. As professoras foram questionadas sobre o recebimento de alguma formação relacionada a avaliação na Educação Infantil:

Sim. (P1)

Sim. A secretaria de educação do município, disponibilizou a formação para professores da educação infantil, de como realizar a avaliação nessa fase de ensino aprendizagem. **(P1)**

Desta forma, debater sobre avaliação é importante para se chegar a um aperfeiçoamento de uma prática que deve ir além de julgamentos, é um processo de acompanhamento que permite aperfeiçoar as práticas pedagógicas. Esta é uma questão essencial, Hoffman (2012, p. 13) afirma, “Antes de se pensar em posturas e práticas avaliativas, é preciso que se discuta, nas escolas, o que todas as pessoas que ali convivem entendem por avaliação.” Logo, a avaliação, devido sua importância, precisa de profissionais capacitados para sua realização nessa primeira etapa.

Nesse sentido é preciso destacar a relevância de formação inicial e continuada para os professores que atuam na primeira etapa da Educação Básica, bem como, o apoio da SEMED, através de orientações, coordenação e supervisão do trabalho com base nas legislações e demais documentos elaborados através de pesquisas para aprimoramento do trabalho docente realizado junto às crianças.

A professora P1, afirma que o registro do cotidiano exclui a dificuldade para realização da avaliação na Educação Infantil. Já a P2 declara não ter encontrado dificuldade ao realizar a avaliação das crianças. Sobre as dificuldades relacionadas à avaliação na Educação Infantil as professoras responderam:

A dificuldade só irá acontecer se por algum motivo não for registrado tudo que acontece em sala de aula. **(P1)**

Até o momento não encontrei nenhuma dificuldade. **(P2)**

Percebe-se, a importância do professor registrar suas observações para refletir e realizar uma avaliação mediadora. No entanto, é preciso destacar que avaliar não é fazer julgamentos, requer reflexão, mesmo que o professor tenha o hábito de fazer anotações. O acompanhamento diário das crianças, propicia práticas educativas enriquecedoras, à medida que os professores façam os registros sobre as ações e reações das crianças a fim de que suas ações de intervenção ocorram no momento dos acontecimentos. Segundo Hoffmann (2012, p.94):

“[...]realizar anotações e registros frequentes sobre elas no sentido de o professor estar permanentemente atento e de não deixar para agir

“depois” sobre o que observa, valorizando sempre as descobertas individuais e do grupo como um todo”.

Portanto, a realização da avaliação não deve ser reduzida a uma tarefa fácil. Segundo Raizer (2007) o professor precisa ser um observador que recebe informações, coleta dados, úteis para si e para as crianças, e interpreta retirando indicadores que orientem suas ações subsequentes e regulem intervenções pedagógicas favorecendo o desenvolvimento das crianças.

Vale destacar que o professor lida com várias crianças ao mesmo tempo e precisa agir de acordo com os avanços, os retrocessos, as dificuldades, as conquistas e descobertas individuais de cada criança e ainda atender os interesses e as necessidades do grupo como um todo. Permitindo assim, que a avaliação na Educação Infantil seja utilizada como acompanhamento do desenvolvimento das crianças, para que se possa alcançar o objetivo da Educação Infantil, o desenvolvimento integral das crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho, consistiu em compreender como se constroem as concepções de avaliação no âmbito de creches. Com o intuito de identificar as concepções dos professores sobre a avaliação na Educação Infantil, conhecer os instrumentos/procedimentos de avaliação utilizados em turmas de creche e analisar as dificuldades encontradas pelos professores na realização da avaliação.

No decorrer da pesquisa foram realizadas leituras e a partir da fundamentação teórica aliada as análises das respostas obtidas através do questionário aplicado às professoras foi possível conhecer as concepções de Avaliação defendidas pela legislação atual, documentos oficiais e demais pesquisas realizadas no âmbito da Educação Infantil sobre o tema e as concepções, instrumentos/procedimentos utilizados pelas professoras na realização da avaliação em suas turmas.

As impressões obtidas por meio da aplicação do questionário às professoras da instituição de turmas de creches, berçário II e maternal I, possibilitou identificar as concepções de avaliações realizadas na Educação infantil no âmbito de creches. Embora, reconheçam que avaliação nessa etapa se difere da realizada nas demais e a consideram como acompanhamento do desenvolvimento, em contrapartida permanece ainda uma visão relacionada a obtenção de resultados quantitativos, por meio de provas e atividades.

Nesse sentido, ainda que utilizem a observação como um procedimento para acompanhar o desenvolvimento das crianças, se referem apenas aos registros individuais como ferramenta. A formação contínua oferecida pela SEMED relacionada a avaliação na Educação Infantil, que os professores recebem, pode contribuir com a realização desta, porém não exclui as dificuldades inerentes ao processo.

Além das inquietações que levaram a realização da pesquisa outros questionamentos surgiram e não puderam ser contemplados neste trabalho, como: O relatório individual feito sobre a criança contempla o seu real desenvolvimento? Os professores se baseiam nos relatórios elaborados para

melhorar seu planejamento pedagógico? Como e quando são realizadas as formações pela SEMED pertinentes ao processo de avaliação das crianças? E a instituição dá continuidade a essa formação? Esses questionamentos não foram solucionados nesta pesquisa, mas devido sua importância, merece aprofundamento em pesquisas posteriores.

Este trabalho contribuiu para a minha formação acadêmica e profissional, possibilitando aquisição de novos conhecimentos sobre a Educação Infantil e a Avaliação, especialmente acerca da avaliação de crianças de até 3 anos, foco da presente pesquisa. Permitiu ainda, uma aproximação com a Instituição de Educação Infantil pesquisada, as professoras e através da análise das respostas obtidas por meio da aplicação do questionário e das leituras foi possível reflexão acerca das concepções avaliativas atuais e do que se espera para a Educação Infantil em termos de qualidade e considerando a Avaliação imprescindível nesse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso Nacional.** Brasília.

_____.Lei nº12.796/2013. Altera a Lei nº 9.394. Congresso Nacional. Brasília.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** - Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____.**Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____.Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____.Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Educação infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação,** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 29/07/2017.

_____.**Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto.** -- Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil -MEC/SEB/COEDI, 2015, 104p.

CAMPOS, Maria Malta.**Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília : MEC, SEB, 2009. 44 p. : il.

FARIA, Ana Paula **Avaliação na Educação Infantil: Fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas** Ana Paula Faria, Lais Helena Bessler. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 3, p. 155-169, set./dez. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** / Flick Uwe ; tradução. Joice Elias Costa. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, M.L.R Albuquerque, S.S. **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: Perspectivas políticas e pedagógicas.** Porto Alegre; EDIPUCRS, 2015.

GODOY, Arilda Schmidt **Introdução a pesquisas qualitativas e suas possibilidades** © 1995, Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil. v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** Jussara Hoffmann. - Porto Alegre: Mediação, 2005, 35ªed.revista. 104 p.

_____. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança** / Jussara Hoffmann. - Porto Alegre: Mediação, 2012. (edição atualizada e ampliada). 152 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 16/08/2016

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e transições na Educação infantil.** Hilda Micarello. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7163-2-11-avaliacao-transicoes-hilda-micarello/file> acesso em: 02/06/2016.

RAIZER, Cassiana Magalhães, **Portfólio na educação infantil: desvelando possibilidades para a avaliação formativa** / Cassiana Magalhães Raizer. – Londrina, 2007.

REDIN, Marita Martins. **Planejando na Educação Infantil com um fio de linha e um pouco de vento.** Porto Alegre. Mediação, 2007.

SILVA, Angélica Aparecida Ferreira da. **A primeira infância na creche: do que tratam as teses e dissertações em educação no período de 1997 a 2011?** Angélica Aparecida Ferreira da Silva Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_posteres_aprovados/gt07_posteres_aprovados/gt07_3128_texto.pdf Acesso em: 09/08/2016.

SILVA, Juliana Pereira da **Educação Infantil e avaliação: uma ação mediadora.** Juliana Pereira da Silva, Sonia da Cunha Urt Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 3, p. 56-78, set./dez. 2014 Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/3038/2706 acesso em 07/06/2016

SILVA, Tânia Zanatta **Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação da aprendizagem.** Tânia Zanatta Silva Disponível em: <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewArticle/142> acesso em: 29/07/2016.

SOUSA, José Edilmar de **Por acaso existem homens Professores de educação infantil?** / José Edilmar de Sousa. – 1. Ed. – Curitiba, PR: CVR, 2015. 202 p.

VIEIRA, Livia Fraga **Apontamentos sobre o documento “Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação”.** Livia Fraga Vieira. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 3, p. 18-35, set./dez. 2014. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/3166/2704 acesso em: 07/06/2014

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA

Prezado(a) Professor(a), solicitamos a sua colaboração com a pesquisa monográfica que estamos realizando com o tema A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Ressaltamos que o/a senhor(a) não será identificado(a) e que os dados aqui fornecidos serão utilizados para fins exclusivamente acadêmicos. Desde já, agradecemos a sua cooperação.

Formação: _____

Tempo de docência na Educação Infantil: _____

Série/Ano que atua: _____ Sexo: _____

Questionário

1. Na sua opinião o que é avaliação?

Qual o objetivo da avaliação na Educação infantil?

A avaliação na Educação Infantil se difere das outras etapas? Justifique.

2. Qual(is) instrumento(s)/procedimento(s) de avaliação você utiliza?

3. Como você realiza os registros dos avanços das crianças?

4. Você recebeu algum tipo de formação específica para realizar a avaliação?

5. Quais dificuldades você encontra para realizar a avaliação?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PROFESSOR (A)**

Sr (a) Professor (a),

Estamos realizando uma pesquisa de monografia da graduação com o tema “Avaliação na Educação Infantil”. A pesquisa é parte do trabalho realizado no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. Para tanto pretendemos realizar entrevistas e /ou aplicar questionários com professor (a), por entendermos que os professores ajudam a elucidar a questão da pesquisa.

A partir dessas informações, gostaríamos de contar com a sua colaboração dispondo de um momento para responder um questionário sobre o tema, pois suas opiniões são importantes. Caso concorde em participar, por gentileza, assine este documento que possui duas vias: uma ficará com a você e a outra com o pesquisador.

É necessário esclarecer que: 1º) a sua autorização deverá ser de livre e espontânea vontade; 2º) que você e os participantes da pesquisa não ficarão expostos a nenhum risco; 3º) a identificação da escola e dos participantes será mantida em sigilo; 4º) qualquer participante da pesquisa poderá desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para ele; 5º) será permitido o acesso às informações sobre procedimentos relacionados a pesquisa em pauta; 6º) as despesas decorrentes da realização da pesquisa serão de responsabilidade exclusiva do pesquisador; 7º) Estamos disponíveis para quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa e 8º) O Senhor (a) assinará este documento se assim estiver ciente do que lhe explicamos.

Em caso de dúvida, poderá comunicar-se com o orientador da pesquisa, Professor José Edilmar de Sousa, do Curso de Pedagogia da

Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz pelos telefones: (99) 98238-4100 ou (99) 98854-3366 e email: jose.edilmar@ufma.br

Imperatriz, 09 de Agosto de 2016.

Nome: _____

Assinatura: _____

lette Lima de Melo Ribeiro

Pesquisadora